

Relatório Parcial de Atividade do
Projeto PESES 04:
Saúde e Doença — Reprodução da Força de Trabalho

Programa de Estudo Sócio-Econômicos em Saúde (PESES)

Tatiana Lins e Silva

Maria Emília Lisboa Pacheco

Fernando Pieres Peixoto

junho-1977

- Í N D I C E -

- 1 - INTRODUÇÃO.....
- 2 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E DOS GRUPOS SOCIAIS.....
- 3 - DOENÇA E REPRODUÇÃO SOCIAL
 - 3.1. - Processo de trabalho e percepção do corpo.....
 - 3.1.1.- Doenças do Roçado.....
 - 3.1.2.- Doenças da Casa.....
 - 3.1.3.- Doenças da Mata.....
- 4 - ESTRATÉGIAS DE CURA.....
- 5 - BIBLIOGRAFIA.....

1. INTRODUÇÃO

Estudos anteriores realizados no município de Santarém, Estado do Pará, por antropólogos do Museu Nacional-UFRJ, dentre os quais nos incluímos, propiciaram o critério de escolha da área e dos grupos sociais. Embora as pesquisas levadas a efeito possam ser distintas no tocante ao seu objeto de estudo, têm em comum o fato de referirem-se a grupos sociais camponeses. Trata-se pois de um esforço cumulativo que nos permitirá maior compreensão do alcance e papel que as práticas de saúde assumem na vida social destes grupos. Cientes de que não esgotaremos os múltiplos significados que esta temática possa ter para estes grupos sociais, escolhemos recortar o nosso objeto de pesquisa de forma a tratar a saúde sob a ótica da reprodução da força de trabalho e da reprodução social e física dos grupos sociais.

O trabalho de campo que permitiu a elaboração deste relatório preliminar foi realizado em duas etapas: setembro e outubro/76 e março e abril/77. Simultaneamente, visando complementar o trabalho de campo que consistiu na fixação de residência em povoados junto a família camponesas, efetuamos pesquisa bibliográfica em instituições públicas de Belém, na sede do Município de Santarém e em coleções de jornais do século passado pertencentes a particulares. Realizamos um total de 50 horas de entrevistas gravadas com agentes sociais diversos: curadores, pajés, benzedores, mezinheiras, parteiras, boticários, farmacêuticos, médicos e membros da população.

Um incidente ocorrido durante a segunda etapa de trabalho de campo — doença do coordenador da pesquisa e seu neces-

sário retorno — veio influir nas limitações que reconhecemos existirem neste relatório. Com efeito, em se tratando de uma doença grave, o pesquisador encontrou-se impossibilitado durante 40 dias aproximadamente de prosseguir na realização de atividades vinculadas ao projeto e previstas no cronograma. Assim sendo, a coleta de informações nessa etapa foi assumida apenas pelo pesquisador-assistente, vale dizer, restringiu-se a uma das áreas de estudo. Paradoxalmente, o pesquisador em virtude da ocorrência do referido incidente viveu como "ator" o "drama social da doença", o submetendo-se às práticas de cura da "medicina" do grupo camponês e às práticas da "medicina oficial" o que lhe proporcionou a aquisição de informações pertinentes a modalidade das relações que se instauram entre estes dois sistemas.

No presente momento a equipe de pesquisa responsável por este projeto encontra-se em fase de preparação para a etapa final de trabalho de campo a ser realizada nos próximos meses — julho e agosto — quando envidaremos esforços no sentido da comprovação de algumas hipóteses esboçadas neste relatório.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E DOS GRUPOS SOCIAIS

O "locus" deste estudo é a região situada ao Sul do município paraense de Santarém, no baixo Amazonas, onde se encontram duas variantes de campesinato distintas tanto pelos aspectos de sua organização econômica quanto pela localização na região em estudo.

Com o objetivo de atingir uma melhor compreensão da especificidade destes grupos sociais, objetos de nossas observa

ções, procederemos a uma pequena síntese histórica da economia regional e da conseqüente formação deste campesinato. Assim, juntamente com a pesquisa por nós realizada na área, poderemos situá-los como variantes dentre os vários tipos de campesinato encontrados na formação social brasileira.

A colonização amazônica teve como base econômica a extração dos produtos naturais da floresta: o cravo, a canela, a salsa-parrilha e principalmente o cacau. Até o final do século XVIII os grupos indígenas, numerosos na região, destacadamente formaram a mão-de-obra básica para esta colonização inicial.

"A história da população indígena do Extremo Norte, submetida à escravidão pela colonização portuguesa, do século XVII até meados do século XVIII é também a pré-história do campesinato na região".
(Mourão, 1975:39)

Desde o início da colonização amazônica ocorreu uma forma de exploração econômica, que assim como aquela utilizada pelos colonos portugueses, tem implicações importantes para a formação de um tipo específico de campesinato, o qual denominaremos ao longo deste trabalho de "campesinato caboclo". Trata-se da implantação de aldeias pelas ordens religiosas, que através da escravidão da força de trabalho indígena, passam a ocupar um lugar de destaque no sistema de produção regional. Estas missões, no aspecto que nos interessa aqui, constituem importantes empresas comerciais. Reunidos os índios em aldeias... eram eles submetidos a um regime disciplinado e rigoroso de trabalho e de vida em geral. Debaixo da ordem de diretores e mestres, os indígenas construía as instalações da missão as casas de habita-

ção, as igrejas, com sua escola anexa, os armazéns e depósitos. Depois destes trabalhos preliminares, enquanto uma parte dos nativos se destinava à cultura dos gêneros alimentícios necessários à sustentação da comunidade, os outros partiam para expedições de colheita dos produtos da floresta, da caça e da pesca" (Prado Jr., 1970:71).

Os colonos portugueses também utilizaram a mão-de-obra indígena, à medida que as próprias características da exploração colonial nesta região determinavam a utilização das populações nativas nas atividades de extração dos produtos naturais, bem como a própria disponibilidade dessa mão-de-obra, após a "secularização das aldeias", em 1755, com a legislação de Pombal. Dessa forma, ocorreu a fixação de colonos portugueses nas antigas reduções jesuíticas, determinando que a "quase totalidade das atuais cidades da Amazônia tenha sua origem em antigos aldeamentos missionários". (Prado Jr., 1970:72).

É exatamente neste quadro de expansão das ordens religiosas que se verifica a primeira ocupação pelos portugueses da área que hoje compreende a cidade de Santarém e seus arredores, com a criação da Aldeia dos Tapajós, por volta de 1630. A chegada dos jesuítas se fez acompanhar da presença do Estado colonial com a criação de uma fortificação na área em 1694. (Cf. Santos, 1974).

Após 1755, sob Pombal, as ordens religiosas são afastadas do controle das aldeias, com a maior intervenção do Estado sobre as mesmas, inclusive com a elevação destas à categoria de vilas. A legislação que proíbe a escravização dos indígenas, inclusive também interferindo sobre a atuação dos colonos portu

gueses, coincide com a formação da companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão cujo objetivo era a regularização do tráfico de escravos e o implemento à migração de colonos portugueses para a região amazônica. (Cf. Cruz, 1973).

Embora as missões jesuíticas tenham exercido um papel preponderante na constituição do campesinato caboclo, assinalamos outro fator importante: a atuação dos colonos portugueses. A concessão de datas e sesmarias no século XVII constitui o início de um tipo de colonização devidamente solidificado no século XIX com a implantação de grandes culturas de cana, cacau e engenhos para a fabricação de aguardente. Esta forma de colonização, mais afeita ao modelo colonial do Nordeste do Brasil, aproveitando mão-de-obra escrava negra, entrou em decadência a partir do final do século XIX, com repercussões na formação deste campesinato, oriundo também do processo de decomposição dos engenhos e das grandes plantações.

Os relatos dos viajantes do século passado também se referem à presença da colonização portuguesa nas plantações de cacau, cana-de-açúcar, tabaco, etc., assim como ao surgimento de uma burguesia comercial que se beneficia da localização geográfica da cidade de Santarém, transformando-a em importante entreposto comercial. (Cf. Bates, 1969).

"Para dominar cursos de afluentes e sub-afluentes do Amazonas é que surgiram cidades de confluência como Marabá, no Médio Tocantins, foz do rio Itacaiúnas, Santarém, na foz do Tapajós, Coary e Tefe na foz dos rios do mesmo nome, etc.,... que logo se transformam em entrepostos comerciais (Andrade, 1969:36).

A regularização do tráfico de escravos negros e a liberação da mão-de-obra escrava indígena marcam pois, o início da formação de um campesinato que se constitui de forma independente da grande unidade de produção colonial, tendo acesso às "terras livres" não ocupadas pelos grandes proprietários. Este campesinato, progressivamente, transforma-se em importante fornecedor da cidade sede do município principalmente em relação a alguns gêneros como farinha e frutas. A integração com o mercado sempre esteve presente, desde a sua formação, tanto a nível da venda de produtos (p.ex. a farinha), como a nível das atividades extrativas. Essa integração sempre foi mediada por uma cadeia bastante complexa de intermediários no caso de povoados mais distantes da cidade.

Em grande parte da literatura sociológica sobre as populações amazônicas encontramos a descrição de um estereótipo de uma agricultura de subsistência que permite a estas populações a manutenção de uma economia fechada. Um exemplo deste tipo de afirmação está numa passagem de Manoel Correia de Andrade:

"Estas atividades asseguram ao homem sua sobrevivência, permitindo que viva em uma economia fechada, de produção para subsistência, enquanto outros, geralmente os cearenses engrenados aos organizados sistemas de exploração dos recursos vegetais, vivem uma economia inteiramente mercantil". (Andrade, 1969:38, 39).

É nosso objetivo demonstrar ao longo deste trabalho a especificidade deste "sistema econômico caboclo", cuja originalidade se percebe na relação de dependência que mantém com as

matas e os rios, de onde retira os alimentos e ervas medicinais necessários para a sua reprodução enquanto grupo social. Dessa forma, manteve no curso dos anos, dada a disponibilidade de terras livres na região, uma relativa autonomia em relação ao mercado, autonomia esta que não se confundia com isolamento ou falta de integração ao mercado regional.

Ao contrário, este campesinato esteve integrado à economia da região, através de uma rede de relações de mercado necessárias à comercialização dos produtos naturais da floresta. Este grupo social é a expressão hoje do tipo humano tradicional da Amazônia já descrito por vários autores na literatura antropológica. O campesinato caboclo participa de um sistema cultural que conserva muitos padrões herdados dos grupos tribais nativos da região: a prática de técnicas de caça e pesca de origem indígena, assim como de crenças relativas a essas atividades, e também práticas de cura específicas relacionadas à natureza através da mediação de especialistas do grupo.

O quadro que caracterizava a inserção deste campesinato na economia regional tem-se alterado nos últimos cinco anos, com a expansão da pecuária (implantação de projetos agropecuários) e com a política de colonização do Estado que se reflete na atuação do INCRA na região. No decorrer do presente estudo faremos uma avaliação inicial destas novas variáveis sobre a possibilidade de reprodução destes grupos sociais.

Ao lado da colonização portuguesa registra-se no município um outro tipo de povoamento implementado por migrantes nordestinos, sobretudo cearenses que vêm se deslocando para a re

gião de planalto e de flancos(1) ao Sul do município desde o último quartel do século XIX.

A necessidade da ocupação dos espaços vazios da Amazônia bem como o apelo à necessidade de braços para o trabalho agrícola constitui-se na tônica do governo provincial durante toda a época do Império. A partir da instalação da Assembléia Legislativa Provincial em 1838 e o estabelecimento de uma "caixa especial com fundos prestados pelo Tesouro Municipal para promover e facilitar a introdução de colonos, podendo o governo distribuí-los mediante fiança, a particulares ou companhias" (Muniz, 1916:22), sucedem-se diversas tentativas de colonização da Amazônia. O imigrante estrangeiro é o elemento, por excelência, considerado o mais apto para impulsionar o desenvolvimento da agricultura em detrimento do nativo. A imigração estrangeira espontânea tem seus primeiros ensaios por volta de 1866, quando são celebrados os primeiros contratos entre o Governo Provincial e famílias americanas. Data desta época a instalação do primeiro núcleo colonial "na parte austral do Rio Amazonas compreendida entre este rio e os do Tapajós e Curuá" (Cruz, 1958:33), no município de Santarém, com a introdução de colonos americanos numa área de terras de 261.360 ha, mediante contrato realizado entre o governo provincial e Lansford W. Hastings, responsável pela implantação do referido núcleo. Nas localidades de Diamantino, Ipanema e Mararu, atualmente ocupadas por nordestinos, os migrantes construíram alguns engenhos para a fabricação do açúcar e ao lado do cultivo da cana-de-açúcar introduziram o cultivo do algodão, trigo e batata (Cf. Tavares: 1875; Cruz: 1958).

(1) Adotamos aqui a classificação da SUDAM que conceitua os flancos como áreas ao redor da planície elevada (planalto) formadas pela erosão pré-histórica (Cf. SUDAM e/d:12).

A colonização americana em Santarém não logrou êxito mais do que em espaço exíguo de tempo. Segundo Ferreira Pena, o núcleo constituído de início por aproximadamente 160 colonos, em 1868 encontrava-se praticamente extinto. Ao lado das críticas feitas a modalidade de seleção dos colonos considerados inaptos para o trabalho agrícola (Cf. Pena: 1869), registram-se as críticas à legislação pertinente à concessão dos títulos definitivos de terras que dificultava sua obtenção (Cruz: 1958), fator este grandemente responsável pelo abandono das terras pela maior parte dos colonos americanos que passaram a dedicar-se a outras atividades.

Os cearenses que migraram para Santarém estabeleceram-se inicialmente no núcleo de colonização americana. Com o seu progressivo declínio e visando assegurar o estabelecimento dos nordestinos na área é instalado em 1878 o primeiro núcleo colonial com o nome de Bom-Gosto (Cruz: 1958; Muniz: 1916). Esta data coincide com a ocorrência de uma grande seca no Estado do Ceará, e acreditamos ser este um dos fatores responsáveis pela ação governamental. É se pensar que a presença dos flagelados na periferia das cidades, constituindo-se indubitavelmente em potencial explosivo tenha contribuído para que se efetuasse seu deslocamento para áreas de "terras livres" na Amazônia, incluindo-se Santarém. Nos períodos que se seguiram novos grupos de cearenses estabeleceram-se na região. É, no entanto, durante as décadas de 40, 50 e início da década de 60 de nosso século que aí penetraram as grandes levas de migrantes nordestinos.

Os diferentes fluxos migratórios apresentam porém características distintas. Entre os camponeses que se estabelecem

no planalto durante a década de 40, observamos que a maioria integra o contingente que se deslocou para outras regiões da Amazônia como "soldados da borracha". Trata-se de mão-de-obra muitas vezes recrutada e encaminhada pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) para o trabalho de extração do látex nos seringais existentes nos diferentes estados e territórios e que posteriormente, em busca de condições favoráveis para o trabalho por conta própria, fugindo à "sujei-ção" em que se encontravam nos seringais, deslocam-se para áreas diversas, entre as quais cita-se o planalto santareno, onde pas-sam a dedicar-se à agricultura.

No período entre 1950 e 1960, registra-se um movimen-to migratório para Santarém da ordem de 13,5% do total da popu-lação recenseada em 1960. As grandes levas de cearenses, toman-do-se por base o período supramencionado, penetraram na região nos anos de 1958 e 1959. Piazza, em estudo realizado na região em 1963, estimou em 6.000 o número de migrantes aí estabeleci-dos nestes dois anos (Cf. Piazza: 1963). Nestes anos o Estado do Ceará é novamente assolado por uma grande seca e a operação de transporte dos migrantes é realizada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Em seu assentamento participaram a nível local diferentes órgãos: de um lado, a Prefeitura Municipa-l, alojando-os em asilos e barracões improvisados na sede e posteriormente transferindo-os para a zona rural. De outro, a So-ciedade Estudantil de Assistência Social, liderada pelos alunos de um colégio local, promovendo campanhas junto ao comércio lo-cal para a obtenção de gêneros alimentícios para as famílias e acompanhando representantes da Prelazia na designação das áreas

a serem ocupadas pelos migrantes. Ao assinalarmos essas datas não queremos significar que o fluxo de cearenses em seus interregnos e atualmente tenha estacionado, mas tão somente indicar os períodos de chegada de maiores levadas.

Santarém possui no conjunto dos municípios do Estado do Pará uma posição de destaque no tocante à produção agrícola. Praticada basicamente em pequenas extensões de terra, a agricultura tem na juta, malva, arroz e farinha de mandioca os principais produtos de exportação do município. O arroz, cultivado essencialmente na Colônia, designação local atribuída à região onde se encontram estabelecidos os camponeses migrantes, é o principal responsável pela produção agrícola do município, tendo contribuído em 1970 com 30,99% de seu valor total (Cf. SUDAM, s/d). Com efeito, este produto confere-lhe uma posição relevante em termos de produção agrícola. De acordo com os dados do "Levantamento Agrícola Municipal", para um total de 21.872 ton de arroz (com casca) produzidos pela MR-12 (micro Região) que segundo a classificação do FIBGE abrange os municípios de Alenquer, Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná, juntamente com Santarém, e 81.389 ton equivalentes à produção total da respectiva unidade da Federação, Santarém participou em 1973 com 17.280 ton (Cf. FIBGE, 1973).

Os povoados cearenses estendem-se atualmente por toda a área do planalto, entre S. José no km 20 da rodovia Santarém-Cuiabá e St.^a Rosa no km 32 da Estrada Curuá-Una ou Estrada do Palhão (designação local) a Leste e Oeste do Rio Tapajós e nas inclinações do planalto ao longo dos rios Moju Grande e Curuá-Una, entre o planalto e as várzeas do Rio Amazonas. Nesta área encontram-se estabelecidas cerca de 10.000 famílias camponesas

distribuídas em aproximadamente 200 povoados.

Procedentes de regiões do Nordeste nas quais não raras vezes encontravam-se ameaçados de expropriação (ou efetivamente expropriados), ao indicarem as razões de sua migração, referem-se às condições climáticas da Amazônia, às características da flora e da fauna e sobretudo enfatizam a possibilidade da realização do ideal de ser "dono" da própria terra que trabalham. O presente é avaliado em relação ao passado e, embora seja valorizado, há sempre dúvida quanto à possibilidade de sua preservação. Os colonos temem pela perda de sua autonomia relativa e pela restauração de situações que representem sua exploração. A possibilidade de terem contestada a posse da terra, situação que muitos enfrentaram no trajeto de sua migração, constitui-se em motivo central de suas preocupações. Temem que haja um dia a "cearização" do Pará, ou seja, que venham novamente a submeter-se aos mandos dos "patrões".

3. DOENÇA E REPRODUÇÃO SOCIAL:

3.1. Processo de trabalho e percepção do corpo

Os pequenos produtores que constituem os grupos sociais suporte de nosso objeto de estudo podem ser definidos como camponeses à medida que exploram diretamente a terra e utilizam fundamentalmente a força de trabalho familiar. O campesinato caboclo paraense como o campesinato migrante nordestino (Cf. Lins e Silva e Pacheco: 1977) desempenham as seguintes atividades produtivas: agricultura, artesanato doméstico, criação de animais de terreiro, construção e manutenção das casas de moradia, fabri-

cação de farinha.

Estas atividades estão articuladas em três conjuntos que correspondem a espaços sociais e físicos distintos e interligados, onde a unidade familiar se materializa enquanto unidade de consumo e produção: Roçado, Casa e Mata. A construção destes três conjuntos foi elaborada a partir das categorias presentes no discurso destes agentes sociais. Constata-se uma variação quanto ao peso e relevância de cada conjunto de atividades em relação a cada um dos dois grupos estudados. Como dissemos anteriormente, a comparação mais detalhada será feita no relatório final.

Para a elaboração destes três conjuntos realizamos uma ordenação sistemática, reagrupando as atividades segundo determinados critérios socialmente relevantes do ponto de vista dos grupos estudados: natureza das atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas e natureza do processo de trabalho (apropriação direta ou não da natureza). Desta forma, o primeiro conjunto é constituído de atividades que se caracterizam como agrícolas em oposição as demais atividades não agrícolas do grupo. A utilização da categoria roçado para intitular este conjunto justifica-se pelo fato de ser o roçado o espaço central onde tem lugar as atividades de cultivo, assumindo um caráter de principalidade em relação às demais atividades.

A categoria roçado, enquanto espaço físico, significa o local onde serão efetuadas todas as etapas do processo de trabalho específico desta atividade produtiva agrícola.

Enquanto espaço social, essa categoria significa o

conjunto das relações técnicas de trabalho correspondentes ao processo de produção agrícola. Toda produção social exige uma repartição de tarefas que, neste caso específico, são as tarefas desempenhadas pela unidade familiar no roçado. Dessa forma encontramos para o desempenho desta atividade produtiva uma série de processos de trabalho que correspondem a produtos finais diferentes. Cada um desses processos compreende várias etapas que se desenrolam basicamente no roçado e que, apesar das variações técnicas específicas de cada um, estão submetidas a um ciclo comum, a uma mesma forma de organização do trabalho e a um mesmo sistema classificatório. Tanto no sítio como no roçado, os agricultores cultivam suas plantas, categoria que define aquilo que é cultivado e distingue do que é nativo na região. O sítio é o local das culturas permanentes enquanto o roçado é o das culturas temporárias. A fabricação da farinha está intimamente ligada ao cultivo da mandioca e por conseguinte, estamos tratando a casa de farinha como um prolongamento do roçado. O espaço social e físico que corresponde à produção agrícola é o Roçado, abrangente do sítio e da casa de farinha. É ele que possibilita ao grupo a aquisição de bens de consumo correspondentes à categoria despesa e ainda, à reposição, por compra, de instrumentos de trabalho.

A concepção de trabalho, própria destes grupos sociais, é um dos fatores que bem expressam a predominância do Roçado como atividade produtiva, tendo em vista que o mesmo roçado determina as esferas do trabalho e do não trabalho no interior destes sistemas econômicos, bem como a divisão do trabalho no interior da unidade familiar.

O segundo conjunto é constituído de várias atividades que se desenrolam sobre a égide da casa, categoria utilizada pelo grupo quando se refere à unidade familiar enquanto unidade de consumo, como na expressão despesa da casa. Estamos apropriando-nos desta categoria do grupo para designar não apenas as atividades realizadas pela unidade familiar enquanto unidade de consumo, mas sim todas as atividades realizadas pela unidade familiar neste espaço social, Casa, que compreende também o terreiro e a horta. Todas estas atividades estão sendo consideradas produtivas, tendo na mulher a principal responsável pela sua execução. A casa, não significa apenas o local de realização da unidade de consumo, sabendo-se que no seu interior se dá a "queima dos produtos do roçado" ou mesmo dos produtos equivalentes à realização no mercado de parte da produção do roçado. (Garcia: 1975). É importante salientar as atividades produtivas realizadas neste espaço social Casa: preparar os alimentos, cuidar da horta e dos animais do terreiro, fazer o vestuário, os objetos de utilidade doméstica e alguns dos instrumentos de trabalho. O conjunto das atividades relacionadas com a Casa não é considerado trabalho, embora exista produção de determinados bens de consumo cujo limite, do ponto de vista da destinação dos produtos, é a própria unidade familiar, restringindo-se a troca em mercado aos produtos do roçado. Em outras palavras, estes produtos não são mercadorias, à medida que visam basicamente suprir as necessidades familiares. Contudo, ao tempo em que a organização do trabalho camponês não pudesse, no interior de sua unidade básica, produzi-los, estes bens teriam que ser adquiridos num processo de troca, o que significa dizer maior quantidade de trabalho no roçado. O trabalho da Casa é, com efeito, uma atividade-

de que, apesar de não produzir mercadorias, é fundamental para a reprodução deste campesinato. O trabalho da Casa é uma das características que expressa a especificidade destes grupos sociais cuja organização se baseia no trabalho familiar e na potencialidade desigual dos vários membros de sua força de trabalho.

O terceiro conjunto, Mata, compreende as atividades produtivas ligadas essencialmente à apropriação direta da natureza, floresta e rios. Estas atividades caracterizam-se pela posse coletiva do objeto de trabalho, em oposição às demais, que caracterizam-se ou pela posse individual ou da unidade familiar. Esta categoria abrange todas as atividades produtivas ligadas à apropriação direta da natureza, as quais, da mesma forma que as atividades ligadas ao Roçado e à Casa, estão organizadas e regidas pelo mesmo sistema de regras que orienta a unidade familiar, enquanto unidade de produção e consumo. Este código de regras se traduz, no caso da Mata, num sistema de crenças e costumes que organizam a esfera da natureza, ou melhor, esta relação se traduz num sistema ou código, através do qual o homem estabelece o domínio sobre a natureza. No caso do campesinato paraense, conforme demonstramos em trabalho anterior (Luis e Silva: 1977), a existência da Mata é fundamental para a reprodução social deste grupo, pois faz para integrante da vida social. Entretanto, para o campesinato migrante, a relação com a natureza é marcadamente distinta, revelada pela concepção do que seja e para que serve a comida. Enquanto para os nordestinos a categoria comida designa o produto do próprio roçado, para os paraenses refere-se ao produto da extração realizada na Mata. Poderíamos mesmo pensar que do ponto de vista da realidade vivida os dois grupos

não estão diante da mesma natureza, o que se revela também face à atitude mais geral diante da Mata. O paraense mantém uma postura conservacionista, respeitosa e familiar, onde os seres fantásticos em certos contextos não chegam a ser distinguidos dos demais seres da Mata. Caracterizam-se portanto como relações de complementariedade e que traduzem neste caso uma natureza conhecida e apropriável, quase um prolongamento da vida social do grupo. Para o cearense a mata é basicamente a proteção da virgindade da terra, útil apenas até o momento em que sobre esta pretende aplicar o seu trabalho, atitude que corresponde a uma relação de oposição com uma natureza desconhecida e inassimilável que por sua vez contrasta com a natureza socializada dos roçados e da criação (Cf. Velho: 1977).

Ao tratarmos da concepção de trabalho presente no discurso destes agentes sociais observamos a predominância do roçado na determinação das tarefas que são consideradas trabalho. Esta categoria está referida apenas às atividades que permitem realizar a despesa da casa, conjunto de mercadorias necessário à unidade familiar, o que nos permite pensar ser o trabalho um tipo de atividade que altera e subordina a natureza e também é o ato de gerar mercadorias.

Ao introduzir a noção de técnica corporal enquanto "maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional sabem servir-se de seus corpos" Mauss, (1974:211) pode ser considerado como o precursor de estudos sociológicos e antropológicos atuais que investigam a percepção das sensações corporais e mórbidas em relação a fatores cognitivos vistos como socialmente determinados. Se a condição fundamental de toda his-

tória é a produção da vida material, o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem.

Procedendo a um estudo das economias tradicionais, Meillassoux (1 9 6 4) assevera-nos que uma das principais características destas economias reside no emprego de técnicas de produção quase imediatas, ou seja, o produtor não interpõe entre ele e o objeto de trabalho (a terra em sentido lato) mais do que instrumentos que demandam poucas operações de fabricação anterior. A força de trabalho humana é a principal fonte de energia disponível. Neste sentido, o trabalhador constitui-se no centro do processo de trabalho, isto é, o trabalho vivo é o elemento dominante do processo de produção.

Buscar a relação entre as formas de inserção de um determinado grupo social no processo de trabalho e a percepção do corpo significa em última análise admitir como pressuposto, com Boltanski, que a desigualdade da necessidade médica entre diferentes classes sociais não se subordina diretamente a problemas de índole econômica (como o preço do serviço médico), ou ecológica (como a proximidade ou não dos serviços médicos oficiais). Com efeito, os diferentes grupos sociais orientam-se segundo normas distintas que determinam "o grau de interesse e atenção que convém prestar às sensações mórbidas, às sensações corporais e ao corpo mesmo e o grau em que convém falar do próprio corpo, comunicar aos outros as sensações mórbidas e queixar-se das sensações mórbidas". (Boltanski-1975:57 e 126).

No caso dos grupos sociais suporte de nosso objeto de estudo, agricultores que trabalham diretamente a terra, observa

mos a existência de um conjunto de práticas corporais e práticas alimentares regido por um princípio comum que é a idéia de força, correspondente a uma percepção de trabalho como dispêndio de energia.

O baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas nestes grupos sociais, que se traduz na utilização de instrumentos de trabalho os mais simples (faca, enxada, etc..), permite-nos afirmar, como Meillassoux, que o trabalho vivo é o elemento dominante neste processo de produção camponês.

Assim como os alimentos se distinguem hierarquicamente segundo um critério de força ou sustança que os divide em fracos e fortes, os camponeses estabelecem uma distinção entre o indivíduos de sangue forte e indivíduos de sangue fraco. Essa oposição é correlata a uma percepção de estado de saúde e estado de doença e medida que esta idéia de força está associada a um estado de gordura ou magreza no próprio corpo dos indivíduos e também a concepção de que indivíduos fortes, gordos, são saudáveis.

Quando os agentes sociais estabelecem uma relação entre eles e outros grupos sociais, no caso de classes mais abastadas, observamos a existência de uma percepção de um estado permanente de privação traduzido na impossibilidade de trabalhadores engordarem e portanto alcançarem um padrão ideal de saúde. "O lavrador envelhece mais depressa, porque ele puxa mais pelo corpo, né? e não come toda hora, a tempo e passa mal. Não engorda. Quem trabalha não engorda"...

Entendido trabalho como trabalho agrícola com todos

os seus atributos de trabalho pesado, podemos supor que o desgaste de energia que está sendo efetuado no roçado não está sendo repostado e os camponeses estão "envelhecendo" mais rápido. Esta percepção das possíveis ameaças que estes grupos sociais enfrentam para a sua reprodução social hoje, manifesta-se também quando idealizam um passado recente em que eram todos mais fortes, assim como os alimentos, que também eram mais fortes. Entre os paraenses esta percepção remete a uma época de disponibilidade de terras de mata e a conseqüente abundância da caça e da pesca, alimentos obtidos diretamente da natureza e os únicos capazes de repor as energias gastas no processo de trabalho.

No interior do próprio grupo há igualmente uma diferenciação hierárquica estabelecida pelos agricultores quando dimensionam gradações na intensidade desta força. A idéia de força materializa-se nos homens através de atributos de um dos elementos que compõem o organismo fisiológico, o sangue, que pode ser forte ou fraco, segundo sexo, idade e momentos do ciclo de vida. Adultos tem sangue mais forte do que crianças. Mulheres durante os períodos de gestação tornam-se mais fortes do que em outras etapas do ciclo de vida. E finalmente, no último estágio do ciclo de vida, ocorre uma perda dessa força, tanto para os homens como para as mulheres: o que define o enfraquecimento das mulheres é a tarefa de reprodução biológica, enquanto é o trabalho no roçado a razão do envelhecimento masculino.

Além da oposição sangue forte e sangue fraco encontramos no discurso destes agentes sociais um outro tipo de oposição: maior ou menor quantidade de sangue. É o predomínio da idéia de força que vai explicar o estatuto privilegiado que es-

tes grupos conferem à anemia que se manifesta através de grande fraqueza, muito cansaço. O sangue representado como um centro de força vital constitui-se em elemento definidor deste estado. Assim frases como: "Ter pouco sangue nas veias", "estar amarelo por falta de sangue" vão explicar o sintoma da doença conhecida como "Flores Brancas", designação do estado de anemia.

Observa-se por outro lado que esta idéia de força presida também o reino da natureza, entendido como conjunto de seres naturais e sobrenaturais e como prolongamento da vida social. Faz parte do sistema de representações deste grupos sociais a crença de que todos os animais da mata possuem a sua mãe, entidade protetora que castiga aqueles que infringem as regras que norteiam a conduta dos indivíduos face a natureza. As águas e florestas são também protegidas por entidades sobrenaturais que habitam seu interior.

Mantendo uma relação instrumental com o corpo e norteando-se pelo princípio de que o corpo deve ser utilizado ao máximo, os membros destes grupos tendem a concentrar-se na experiência que têm de sua força física, ou seja, de sua maior ou menor capacidade para fazê-lo funcionar e utilizá-lo durante um maior tempo e com a maior intensidade possível. A doença, pois, em última instância é percebida como um estado que lhes impede de fazer uso habitual do corpo, ou seja, de viver normalmente. (Boltanski, 1975:66).

Numa primeira aproximação elaboramos uma sistematização das representações destes grupos sobre doença e saúde de forma a entendê-las a partir da própria organização social que os

caracteriza. Aos três conjuntos Casa, Roçado e Mata, construídos a partir das formas de organização da produção, podemos supor que exista correspondentemente um sistema classificatório que ordena as práticas corporais e a percepção das sensações mórbidas. Como já foi dito anteriormente, existe um princípio unificador destas práticas a idéia de força, que perpassa os três espaços sociais e físicos, onde a unidade familiar se materializa enquanto unidade de produção e consumo. Dessa forma o universo das doenças se subdivide em doenças de roçado, doenças da casa e doenças da mata.

3.1.1. Doenças do Roçado

A unidade de produção camponesa reveste-se de um caráter peculiar: baseando-se fundamentalmente na utilização da força de trabalho familiar, poderíamos dizer que a produção caracteriza-se como um momento necessário para a vigência das regras de parentesco (Galeski:1972). A autoridade no seio da unidade doméstica é exercida pelo chefe da família, principal responsável pela sua reprodução social. Esta autoridade manifesta-se na organização das tarefas e em seu poder de decisão, dentro do quadro de relativa autonomia em que se inscreve o campesinato, quanto à eleição dos produtos a serem cultivados e sua comercialização.

A organização do trabalho no interior da unidade doméstica obedece aos critérios de sexo e idade que correspondem à diferenciação, estabelecida pelos grupos suportes de nosso estudo, entre trabalho pesado e trabalho não pesado. As mulheres e crianças até os 12 anos estão excluídas das operações agríco-

las consideradas como pesadas: broca, derruba, queimada, coiva-va. As mulheres participam apenas do plantio, da colheita e da capina. A vigência destes critérios alicerça-se nas próprias características da produção camponesa, em que a força e a destreza muscular são fundamentais para a execução do processo.

O discurso dos camponeses sobre o trabalho agrícola é em última instância o discurso sobre determinadas doenças: enfraquecimento ou "doença de peito" (tuberculose), febre, gripe, dor de cabeça, picada de insetos, flores brancas (anemia), dementidura, reumatismo, espinhela caída. Ao operarem com determinadas categorias os membros destes grupos sociais "colocam termo a termo um signo escolhido no interior do repertório de signos conhecidos com uma doença escolhida no interior do repertório das doenças conhecidas" (Cf. Boltanski, 1968:14). A doença, é pois, qualificada em primeiro lugar com um signo, o que permite classificá-la segundo uma ordem de gravidade crescente. Dentre as categorias mais gerais que presidem a classificação das doenças segundo suas causas e sintomas encontramos as categorias de espaço e substância.

(...) eu quero dizer de uma maneira que a causa da doença na família da gente, família do agricultor... que a doença em todo corpo humano ela penetra, né? Mas se a doença encontra um corpo fraco, então ela vai penetrar primeiro e acontece... eu acredito que muitas doenças dentro do colono é porque o colono é muito esgotado. Ele trabalha muito, ele não tem um conforto principal (referindo-se a alimentação), ele não tem um medicamento pra ele exclusivamente ali, um fortificante. Então acontece que sempre a gente tá pegando essas enpedenias aqui...

Se o corpo é dotado de uma superfície visível, por outro lado possui uma profundidade onde se instaura a doença. Neste sentido o estar doente distingue-se claramente do estar sadio, visto que a doença tomada em seu sentido mais amplo constitui-se na presença de um elemento estranho no corpo, devendo portanto ser expulsa (algumas fórmulas de benzeção obedecem a esta lógica). Se a doença implica numa ruptura com o estado de saúde, a possibilidade de sua ocorrência está sempre presente, uma vez que as condições materiais de existência, traduzidas em termos da alimentação e das exigências do trabalho, são responsáveis pela "fraqueza" e "esgotamento", portanto pela maior vulnerabilidade à doença. Com efeito, as pressões econômicas as quais estão submetidos estes grupos exigem-lhes maior intensificação do trabalho, portanto maior dispêndio de energia, visando assegurar sua reprodução física e social. Senão vejamos: entre os camponeses migrantes estabelecidos na região do planalto santarenense o arroz assume para sua quase totalidade a primeira ordem de importância na produção e na comercialização. É a venda deste produto que assegura basicamente a reposição das condições materiais de produção, o atendimento de despesas com fins cerimoniais (casamento de filhos) e/ou o enfrentamento de doenças. Sendo um produto vital para sua reprodução física e social, quando o grupo doméstico camponês não dispõe de condições materiais suficientes para manter a produção e vendê-la na safra, as possibilidades de sua reprodução são objetivamente ameaçadas. Dadas certas condições de produção o vender na folha (vender o produto antes da safra, muitas vezes antes mesmo da colheita, por um preço consideravelmente inferior ao preço de mercado na época da safra) constitui-se em única alternativa para este grupo. Fa

zer face à situação de crise que se instaura no seio da unidade de produção camponesa quando ocorre venda na folha, implica recorrentemente no momento subsequente, na venda da força de trabalho a camponeses em trajetória social ascendente, bem como na alteração do padrão alimentar socialmente necessário. Com efeito, esta situação de crise submete a unidade doméstica camponesa a um duplo processo de expropriação. De um lado, subtrai de seu consumo direto mercadorias para serem trocadas por outras igualmente necessárias mas que não produz; de outro, a venda de sua força de trabalho não possibilita a aquisição do conjunto de mercadorias socialmente necessárias. A intensificação do trabalho pela alocação da força de trabalho em seu próprio roçado e no roçado do camponês rico não corresponde à manutenção do padrão alimentar socialmente necessário. Vale dizer, a reposição das energias gastas no trabalho é ameaçada, uma vez que os alimentos fortes ou que têm sustança (ex. a carne) aos quais é atribuída a propriedade de transferirem sua força ao organismo, estão ausentes da dieta familiar nesta situação.

Quanto ao campesinato caboclo igualmente impõem-se a ameaças à sua reprodução. A garantia do acesso à Mata para este grupo constitui-se em condição indispensável para a realização do padrão alimentar socialmente necessário. Se os alimentos são distinguidos hierarquicamente segundo o critério de força que os divide em fracos e fortes, é a Mata por excelência que proporciona ao grupo o consumo de alimentos fortes (carne e peixe) ordenados pela categoria comida. Em um dos casos examinados, a intervenção do INCRA na área no entanto, após a eclosão de um conflito entre agricultores e um projeto agro-pecuário, poderá con

solidar dentro em breve a demarcação dos terrenos camponeses com a conseqüente restrição dos limites do povoado às extensões de terras já cultivadas, delimitando também as terras de mata, outorgando sua propriedade ao referido projeto. Em outro caso, o avanço das relações capitalistas na região ameaça a reprodução do grupo. A expansão da pecuária acompanhada da transformação das terras de mata em pastagens, impossibilitando a caça e a utilização de árvores frutíferas anteriormente existentes. Ainda que este grupo tenha acesso aos rios para a obtenção da comida em determinadas épocas do ano, especialmente no inverno, encontram-se impelidos a obter a comida através de circuitos de mercado. Trabalhar como assalariado nos serviços de desmatamento ligados à expansão da pecuária e intensificar atividades do pequeno comércio vêm-se constituindo em formas alternativas para a alocação da mão-de-obra.

É este quadro que circunscreve estes grupos, que impõe limites objetivos no espaço que é reservado ao seu desenvolvimento, colocando em risco a própria manutenção de sua condição camponesa. As ameaças quanto às possibilidades de estabelecer um equilíbrio entre dispêndio e reposição de energias (trabalho x alimentação) são responsáveis pela fraqueza e esgotamento do corpo aumentando a vulnerabilidade à doença. Os fortificantes assumem um papel relevante no cuidado com o corpo, na medida em que a eles é atribuída a propriedade de restaurar o equilíbrio ameaçado pela prática cotidiana de utilização do corpo.

As doenças associadas ao trabalho, cujo repertório apresentamos acima são classificadas segundo sua maior ou menor gravidade correlativa às possibilidades de utilização habitual

e "profissional" do corpo no processo de trabalho. Estas doenças são percebidas como conseqüência do modo de vida dos camponeses, dadas suas condições de trabalho: trabalho pesado, friadade (friaagem), passadio (alimentação).

É o trabalho em última instância que desencadeia estas doenças; são estas que restringem ou impossibilita sua realização. Viver a doença segundo a graduação da gravidade que lhe é imputada remete-nos à questão da resistência à dor. A explicação da resistência à dor com que operam os membros destes grupos não deve ser entendida como interiorização de uma regra moral e sim como pressão da necessidade. São as pressões da vida cotidiana; sobretudo as econômicas, que impedem ou limitam o abandono das tarefas cotidianas e do trabalho físico que se exige continuamente do corpo. Ao efetuar um relato sobre doença contraída no trabalho, assim se expressou um camponês:

(...) Eu tava trabalhando na roça, der rubando um pau, tive um arranhão no pé e saiu uma ferida, virou uma ferida braba e depois a ferida passou para a orelha, para o quarto (quadris), não sei como foi isso. Passei 8 meses doente. Então só de hospital passei 65 dias, no hospital. Vim e embora prá casa e fui acabar de tratar em casa mesmo. E fui seguindo assim devagarzinho por ali mas... escapei, graças a Deus.

P — Como o sr. fez para viver durante estes tempo em que o sr. esteve doente?

I — Sofrendo... sofrendo muita dificuldade, passando dor, trabalhando doente. Depois que eu saí do hospital fui obrigado a trabalhar porque senão não podia viver. (Chefe de família; na época da doença sua família era constituída de 5 membros: ele, a esposa, 2 filhas de 10 e 12 anos e um filho de 1 ano).

Há que considerar, no entanto, que o tamanho e composição da família, o período do ciclo agrícola em que se manifesta a doença, bem como o grau de percepção das sensações vão determinar a conduta face à doença.

Dentre as doenças cujas causas estão associadas sobremaneira à modalidade de utilização do corpo, à postura corporal exigida para a realização das tarefas agrícolas, encontram-se as seguintes: desmintidura, espinhela caída, reumatismo, picada de insetos.

A desmintidura e a espinhela caída são igualmente atribuídas ao esforço exigido do corpo para sustentar volumes de grande porte, nas diferentes etapas do ciclo agrícola, embora seus sintomas se diferenciem. A desmintidura (torção) manifesta-se pela dor provocada "por um osso que sai do lugar", "por um jeito nas costas... nos pés..." A espinhela caída, por sua vez, manifesta-se pelo "sentir-se aborrecido e com dor por dentro... na barriga", "dor na cabeça", "desinteria". Como nos disse um informante ao descrever seus sintomas:

"a espinhela caída é assim uma dor por dentro, como se a gente tivesse arrebetando. Mas não é arrebetado não. É ela que está arriada".

Ambas as doenças são percebidas como "deslocamento", como "alguma coisa que sai do lugar". Coerente com esta idéia, a cura será obtida pela procura de um especialista do grupo — puxador entre os migrantes e consertador entre os caboclos que adota como terapia a realização de massagens na área do corpo afetada.

O reumatismo por sua vez é explicado como consequência sobretudo do trabalho com a malva, juta e colheita do arroz. Considerada mais freqüente entre os homens, uma vez que, segundo as regras que presidem a divisão do trabalho, cabe-lhes a realização das tarefas mais pesadas, esta doença atinge porém as mulheres, pois na colheita do arroz sua participação é também requerida.

São as condições às quais necessariamente se submetem para a realização destes trabalhos as responsáveis pela contração da doença. O preparo da malva e juta para posterior feitura dos fardos requer o contato direto do corpo com a água durante o processo de limpeza das referidas fibras. Esta operação prolonga-se por vários dias. A colheita do arroz, por outro lado, processando-se durante a estação do inverno (época das cheias e chuvas mais intensas) impõe as mesmas condições. A causa da doença reumatismo reside pois na relação que se estabelece entre o corpo e a natureza (frieza, rios e chuva) a que se submetem os camponeses para a realização do trabalho. Em sua cura associam-se os "remédios caseiros" e os "remédios de farmácia".

Por último, temos as picadas de inseto, sobretudo picadas de cobra. É mister ressaltar que a vítima de picada de cobra não é desde logo considerada um doente. Os camponeses operam uma distinção entre pessoas curadas e as não curadas, ou seja, aos primeiros é atribuída a característica de invulnerabilidade ao veneno das cobras enquanto os não curados, oferecendo menor resistência, são potencialmente sujeitos a contraírem a doença, designação atribuída ao tétano, considerado fatal. Com efeito, os cuidados requeridos com o corpo nestas circunstâncias re-

velam a gravidade imputada às conseqüências que poderão advir das picadas de cobra. A proibição de alimentos considerados reimodos, — alimentos que tem a propriedade de acelerar um processo inflamatório — e a manutenção do corpo em estado de repouso imediatamente após o incidente exemplificam o que dizemos. Se a desmentidura, a espinhela caída e o reumatismo são responsáveis pela interrupção temporária do trabalho ou pela redução de sua intensidade por um tempo mais prolongado (este último caso aplicável especialmente aos reumáticos) as complicações advindas da picada de cobra impelem os camponeses a ausentar-se longamente do processo de produção. A doença (tétano) é pois considerada mais grave na medida em que ameaça a reprodução da unidade de produção. São estes riscos associados a outros que podem ocorrer na realização das diversas operações agrícolas, sobre as quais a possibilidade de controle é reduzida, dadas as condições mínimas de proteção do corpo (trabalhar descalço, fazer uso de instrumentos de trabalho que demandam grande esforço físico) que levam o camponês a proferir enfaticamente e de forma determinística:

"Quando a gente sai pro roçado abre a cova e só fecha quando volta".

O outro conjunto de doenças que enumeramos inclui a gripe, a febre, o enfraquecimento ou doença do peito (tuberculose), flores brancas (anemia). Como salientamos anteriormente, estas doenças são também associadas ao trabalho. No entanto, é necessário distingui-las, visto que em sua causalidade intervém outro elemento além das condições climáticas e das características próprias do trabalho agrícola. As dificuldades existentes en

tre esses grupos para a atualização de um padrão alimentar socialmente necessário quer pela ausência ou insuficiência de determinados elementos considerados fundamentais para a reposição da força consumida no trabalho e sua preservação(1) explicam porque o camponês considera-se como possuidor de um corpo esgotado. Se essas doenças manifestam-se como fraqueza do corpo sua cura deve ser buscada na ingestão de remédios fortificantes.

3.1.2. Doenças da Casa:

Os grupos sociais estudados participam de uma cosmovisão, de uma representação do universo em que vivem, que se divide em uma ordem natural e uma ordem social. As fronteiras que separam essas duas ordens são bastante imprecisas, ou melhor, muito tênues. O elemento que orienta essas relações é o processo de trabalho entendido como uma forma de intervenção de uma ordem sobre outra. Cada momento deste processo de trabalho — que, como já vimos se subdivide em Casa, Roçado e Mata — implica em um conjunto de regras e tem como objeto imediato o "instrumento" principal destes grupos sociais, o corpo. À medida que o trabalho é representado como desgaste de energia, a forma de repor esta energia, o cuidado mais importante que se tem com o corpo se dá sob a forma da dieta alimentar.

Esta preocupação com a alimentação é entendida tendo em vista a própria divisão de trabalho que se estabelece no interior da unidade familiar segundo um critério etário e sexual, bem como a uma distribuição espacial. Esta divisão é realizada

(1) Para uma discussão sobre os padrões alimentares destes grupos vide Lins e Silva: 1977 "Os curupiras foram embora: Um estudo sobre a alimentação e reprodução da força de trabalho entre camponeses paraenses" e Pacheco: 1977 "Circuitos de mercado e padrões de consumo alimentar entre os camponeses de origem cearense numa região do Pará".

para atender às necessidades do processo de trabalho e para responder a um tipo de percepção do corpo específica destes grupos sociais.

Neste sentido, o papel da mulher é designado em função de sua menor capacidade de trabalho, explicada não apenas por menor resistência física mas também pela peculiaridade de estar mais próxima da natureza (menstruação, gestação e parto) quando encontra-se em determinadas situações durante as quais não tem nenhum controle sobre o seu corpo. Dessa forma, podemos pensar que o sexo feminino está muito próximo de uma ordem sobre a qual os homens não têm controle, ocasionando uma concepção de maior vulnerabilidade das mulheres frente as forças naturais. Esta maior fragilidade encontra-se traduzida num conjunto de preceitos e na delimitação de um espaço de trabalho. Podemos encontrar uma série de exemplos que ilustram essa hipótese, como as medidas preventivas utilizadas pelas mulheres quando estão menstruadas ou de resguardo ou períodos pós-parto (alimentação, distância dos igarapês, etc.).

As prescrições durante o período de menstruação são as seguintes: não pisar na terra quente, não ficar exposta ao sol, não comer frutas ácidas e carnes de caça, não se aproximar dos igarapês. A não observância destas regras tem como consequência o desmantelo e encantos de igarapé (as explicações sobre esta doença serão dadas posteriormente no item doenças de Mata). No período de resguardo, também há determinadas regras a serem obedecidas: não sair da casa antes de completar oito dias, não tomar banho no igarapé antes de trinta dias, não comer alimentos reimosos.

A organização espacial relaciona-se não apenas com as necessidades "técnicas" do processo de trabalho mas responde também a uma necessidade de integração de duas ordens distintas, como já foi visto anteriormente. O espaço social e físico Casa é o local não apenas da "queima" dos produtos do roçado mas é também o local da mediação entre roçado e mata, entre natureza transformada pelo trabalho e natureza bruta. Esta mediação é feita quando os alimentos obtidos na mata tornam-se possíveis de serem consumidos através da casa pelos que trabalham no roçado. É exatamente a mulher que realiza esta passagem ou esta mediação entre uma ordem e outra (natureza e sociedade) e que também se situa no limiar destas duas ordens. A Casa é portanto ainda o local onde se reforça ou mesmo se preserva a mulher dos malefícios resultantes de sua vulnerabilidade frente às forças naturais, garantindo a possibilidade de reprodução biológica da família. Durante o resguardo assim como na menstruação, momentos fundamentais no ciclo biológico da mulher, uma série de cuidados estão previstos de forma a protegê-la dos riscos e perigos que possam advir dessa identificação maior com a natureza. A casa torna-se dessa forma espaço que protege e ainda fornece os alimentos necessários para suprir o corpo quando da ausência dos alimentos da mata. As atividades da Casa, horta e criação de animais domésticos fornecem os alimentos necessários para reforçar a posição e distanciamento da Mata nestes momentos cruciais da reprodução biológica.

Dentre as doenças da casa encontramos basicamente as que atingem as mulheres, como desmantelo, suspensão, mãe do corpo, paralisia, menstruação (estar nos tempos, estar nos dias

etc.). A primeira delas diz respeito a qualquer quebra na periodicidade da menstruação. A suspensão se caracteriza por um sintoma definido pelo grupo, como sangue que sobe para a cabeça, ocasionado pela quebra do resguardo (ou por raiva ou susto) e conseqüente interrupção da menstruação pós-parto. A mãe do corpo é a categoria do grupo que diz respeito ao útero e ao ovário, os quais são percebidos como duas bolas que se deslocam, provocando dores na barriga. A paralisia é uma doença que acomete as mulheres no período pós-parto, incidindo usualmente sobre as pernas.

Dentre as doenças da casa encontramos também aquelas que acometem as crianças: ramo, tosse de guariba, cobreiro, e quebrante são as mais freqüentes. O ramo, também conhecido como doença do ar, manifesta-se por febre e manchas no corpo. Tem como conseqüência a paralisia facial. Sua causa é atribuída a presença de um micróbio no ar que penetra no corpo da criança. A tosse de guariba (coqueluche) recebe esta denominação devido à semelhança com os gritos destes animais (espécie de macacos). A causa do cobreiro é atribuída à penetração de um micróbio no corpo conhecido como potô. O signo que identifica a doença é a presença de vergões e pipocas, provocados pela urina desse micróbio. A ocorrência do quebrante está associada ao poder que as pessoas dotadas de sangue forte em determinados estados físicos (fome, suor e cansaço) têm de provocar alterações no ritmo fisiológico da criança, que se manifestam pela tristeza, febre, desintéria, sintomas expressos pelos grupos na categoria quebradeira do corpo. Acrescente-se ainda que o quebrante pode ser provocado por pessoas que uma vez amaldiçoadas pelos pais ou pa-

drinhos tenham adquirido tal poder. Estas pessoas são dotadas de olho mau, segundo a percepção dos grupos. Necessário se faz ainda ressaltar que o quebrante apresenta maior ou menor gravidade, dependendo da área do corpo atingida. Enquanto o quebrante sobre os olhos exterioriza-se pelos sintomas que se localizam sobremaneira nos próprios olhos (secreção) o quebrante na gordura da criança pode ser fatal. O quadro da doença que se caracteriza por vômitos, desintéria, febre, prolonga-se no tempo debilita progressivamente a criança. O vento caído é identificado pela moleira funda e diferença de tamanho das pernas, sendo provocado por quedas e/ou sustos. Para estes grupos as crianças são consideradas grandemente vulneráveis à contração de doenças.

3.1.3. Doenças da Mata:

A unidade familiar não consegue se reproduzir apenas pela existência da Casa e do Roçado. A mata é uma categoria que abrange todas as atividades ligadas à apropriação direta da natureza, as quais, da mesma forma que as atividades ligadas ao Roçado e à Casa, estão organizadas e regidas pelo mesmo sistema de regras que orienta a unidade familiar, enquanto unidade de produção e consumo. Este conjunto de regras se traduz, no caso da Mata, num sistema de crenças e costumes que não apenas organizam a esfera da natureza mas também estabelece normas de conduta dos indivíduos frente à Mata.

Em estudo anterior observamos a existência de determinadas regras orientando as atividades de caça e pesca traduzidas, ou seja, explicitadas, nas representações destes agentes sociais que dizem respeito aos seres sobrenaturais que habitam

na Mata.

A maioria dos autores que têm analisado as crenças amazônicas aponta a origem ameríndia, e mais particularmente tu pi-guarani, das crenças e concepções sobrenaturais, como as que se referem ao currupira, a matintaperera, ao boto, a cobra grande e a outros seres que na concepção do caboclo habitam a água, o fundo dos rios, ou a floresta. (Galvão:1976).

Entre os seres que habitam o fundo dos rios e dos igapês estão os companheiros do fundo. Estes seres são também chamados de mestres do fundo. Habitam um reino encantado, submerso. Entre os mestres encontram-se boto, sereia, cobra norato, jacaré, tamanduá, mambira (tamanduá bandeira). Os caboclos preocupam-se de modo especial com o boto, pois atribuem-lhe poderes especiais, como afugentar os peixes, virar canoas e a sua "malineza". Quando provocado, pode causar doença nos indivíduos que só pode ser curada com benzedores e pajés. É também muito frequente a aparição do boto como um jovem atraente, vestido de branco, dançando nas festas e seduzindo as mulheres. Algumas vezes, quando a mulher é casada, toma a semelhança do marido e a possui. A continuação das relações faz com que a mulher emagreça, fique amarela, podendo até morrer. Há também ocasiões em que as mulheres sentem-se atraídas pelos companheiros do fundo, dentre eles o boto, e correm para atirar-se na água. Nestes casos podem haver sérias conseqüências, como passarem a sofrer de ataques, possessões e convulsões. Em muitos casos essas doenças são também fatais.

Uma outra entidade protetora e sobrenatural é a mãe do igarapé ou mãe d'água que pode assumir a forma de um jacaré,

cobra, e de outros animais da água e da floresta. A essa entidade é atribuído um poder de encantamento que pode ocasionar também a doidice ou encante de igarapé em mulheres menstruadas ou de resguardo. Eis como uma informante relata um episódio desse tipo:

"A doença nela, foi uma coisa assim, minha criatura, não sei nem bem compreender como é isso, eu tava pra Santarém e eles tavam trabalhando aqui, cortando arroz, ela estava ajudando ao pai cortar o arroz e essa menina a Tereza. Ela estava sempre esperando os dias dela (estava menstruada) e ela foi pro roçado — foi até um dia de 5^a feira — ela foi, quando chegou lá trabalhou um dia, quando foi à tardinha, chegou, pegou a roupa de trocar, e foi pro igarapé; ela disse que, lá, ela começou ela tinha pegado umas estrapadinhas assim embaixo do pé e com aquela dorzinha no pé, quando chegou lá nem banho não tomou, e disse: eu tô meio ruim, eu não vou tomar banho, posso estar com um pouco de febre ... Naquilo ela não tomou banho, só fez se assear e trocar de roupa e veio embora e, quando chegou aí ela tava com uma dor na perna, quando foi a noite não dormiram com ela, aperreada até, ela com aquela dor aí começou assim, um negócio de uns fios agarrando ela, agarrando ela, daí a pouco ela começou com, ela dizia uma coisa ela diz outra, e trincava, os dentes e se esticava de todo jeito no mundo e essa dor nas pernas trabalhando todo tempo, ela pegava puxava e aquela dor mais dura do mundo, ninguém sabe compreender como foi isso, aí passaram a noite pelejando com ela... Ah, minha senhora, quando foi de noite nós não pregamos o olho um momento, com ela, atacou aqueles assuntos, uns assuntos tão horríveis, que se a senhora visse se assombrava; encostava era carro aí, os carros iam passando, encostavam, uma multidão de gente olhando a arrumação dela, rasgou duas vezes, duas vezes ela rasgou, roupas boas, a gente sem ter nada, ... Isso aí não é nada, minha fi-

lha é coisa de igarapê, é coisa de igarapê... Aquela Zê Louro ele é danado para compreender essas coisas - ele encostou e disse: Isso é coisa do Igarapê, não é outra coisa não. Demora aí foi fazer uns negócios lá, umas defumações pra ela, né? E ela ria, naquela arrumação ela ria que só não sei o quê, e pedia cigarro pra fumar. Deixe-me ir tomar meu banho, ela dizia, tão bom que tá aí...

Os informantes acentuam a necessidade de não matarem nenhum vivente do igarapê cobra, camaleão, jacaré etc. quando estão dentro d'água, pois temem provocar a ira das entidades protetoras e ocasionar doenças na família.

Um outro poder atribuído aos bichos da mata pelos caboclos é a possibilidade de se vingarem dos caçadores que infringem as regras locais através de uma ação que atinge a unidade familiar propiciando a gestação de crianças com características não humanas.

"E então ele disse que era disque mambira que tinha se vingado nela (o curador), é um bicho que tem no matto... Ela num fala, por que o negócio é aqui na güela dela que ela não fala e na cabeça num... ela só é viva, só sabe cumê e gritã que ela faz mas falar ela num fala... Porque ela tem assim um pigarro, é de bicho mesmo. Ela tem assim quando é de noite, ela tem assim um tipo de um ronco, parece onça. E ela num fala, o choro dela é gritã, gritã, gritã mesmo.

Deve se vingã porque o cumpadre, sabe, é muito caçador e ela, a mulher dele tava gestante de novo, quer dizer que é isso que se vingou nela. Porque sabe que ele só vivia no matto em negócio de caçada. Eu sei que ele disse que era mambira que tinha se vingado nela. Eu tenho, pra mim que deve ter havido mesmo porque ela tem um entusiasmo assim de bicho. Ela

sô come por hora. E num é como nós que come qualquer hora, hora que qui ser. É como bicho, bicho tem hora, olha viado sô come na hora. Todo bicho tem hora de comer...

A esses tipos de sintomas mencionados na formulação acima corresponde a categoria a doença, o mar, nos discursos destes agentes sociais. Trata-se de uma situação liminar entre o reino humano e o reino animal que remete à própria percepção que estes grupos sociais têm da natureza, ora confundindo-se com ela, integrando-se a ela, ora diferenciando-se...

A panema é mais uma das crenças caboclas que tem particular interesse para o nosso objeto de estudo, assim como de grande importância na vida social destes agentes sociais a categoria panema faz parte do linguajar popular da Amazônia com o significado de má sorte, desgraça, incapacidade. Não se trata entretanto de alguma coisa ocasional, mas sim provocada e cujas causas são identificadas, evitadas, pois dizem respeito a infração de determinados preceitos. A panema recai sobre determinados indivíduos pescadores e caçadores ou sobre os instrumentos de trabalho. Fontes de panema: a mais usual e também a mais forte pode ser ocasionada pelo ato de uma mulher grávida de poucos meses alimentar-se de carne de caça ou peixe. Uma segunda causa é o fato de mulheres menstruadas tocarem os objetos de trabalho utilizados na caça ou na pesca.

Os caboclos que vendem sua caça geralmente têm o cuidado de indagar quem é o comprador para evitar que a caça chegue a mulheres gestantes. O receio é proveniente das consequências dos tratamentos para afastar a panema, pois a cura poderá

fazer mal à própria mulher gestante que é fonte de panema embora isso aconteça independentemente de sua vontade. Um aborto por exemplo é um dos resultados possíveis.

Dessa forma, se a causa da panema é uma mulher gestante realizar o tratamento para a cura da panema, é considerado uma quebra do Código local. Devido a esse fato as mulheres gestantes só se alimentam de carne ou peixe apanhados pelo marido ou parentes próximos.

Aqui tem um cidadão, aqui, um médico do Batalhão, estorou uma coisa mais ou menos assim, ele também pega do caroço, esse cara, então uma vizinha de um cidadão uma vez na colônia, então foi um dia ele pegou matou uma cotia e deu uma banda da cotia pra vizinha, a mulher de outro cara. Aí a mulher comeu e a mulher estava gestante. Então eles tem aquela impressão que quando vão caçar a vez que num mata, ah, eu tou de Panema, não matei mais nada, caboclo usa muito isso aqui. Aí o marido disse assim: espera que eu vou fazer um negócio, que eu vou melhorar ficar bom pra matar caça, aí ele fez a munganga lá dele, num foi nada, deu uma hemorragia na mulher, que quando foi chamar o marido no roçado; lá vem o marido, a mulher tava quase se acabando, aí imediatamente pegou a mulher no carro e saiu correndo com ela...

Todas estas crenças fazem parte de um complexo sistema cuja lógica não pretendemos ainda explicar neste relatório preliminar. Entretanto, faremos algumas observações iniciais a título de sugestões. Em primeiro lugar, retomamos o que já foi mencionado anteriormente sobre o princípio unificador que ordena a natureza assim como a sociedade, a idéia de força. É interessante notar o caráter maniqueísta desta força que assume em deter-

minados contextos características malélicas, a "malineza", e em outras características benéficas de proteção e ajuda, vide o exemplo dos companheiros de fundo que são os auxiliares por excelência dos pajés nos rituais de cura. Neste mundo mágico do qual faz parte os seres sobrenaturais assim como os homens, esta força é algo que tem que ser controlada e canalizada para o bem, desde que a falta de controle está sempre associada aos marfazeres e à feitiçaria. Um bom exemplo é a potencialidade maligna das mulheres gestantes consideradas portadoras de uma força superior e que mesmo sem querer podem prejudicar ou ofender os demais membros do grupo. Trata-se de uma força que tem de ser controlada através de regras e prescrições.

A doença aparece pois nestes contextos ligados à natureza sempre como consequência da falta de controle desta energia vital presente nos homens e nos animais, materializada simbolicamente em algum corpo estranho, algum objeto, usualmente um besouro ou outro inseto que penetra o corpo, e que é extraído pelo pajé no momento da cura.

4. ESTRATÉGIAS DE CURA

Ao constatararmos junto aos grupos de camponeses a existência de várias práticas de cura, defrontamo-nos com a seguinte questão: a "medicina dos não médicos" que se traduz na compra, e/ou fabrico e consumo de "medicamentos" sem prescrição médica e pela realização de uma multiplicidade de atos de natureza médica destinados a cura constitui-se em outra medicina independente da "medicina oficial"? Ou é essencialmente imitativa fundamentando-se na apropriação e retradução do saber "médico ofi-

cial"? (cf. Boltanski: 1960' Colocada nestes termos, no entanto, a questão conduzir-nos-ia ou a estabelecer uma relação de exclusão entre as "práticas médicas oficiais" e as "práticas médicas populares" ou vê-las indissociadas.

Para Boltanski, em sua análise sobre as práticas médicas na França, há em primeiro lugar uma distinção entre "medicina familiar" e "medicina popular". Esta apoia-se num saber próprio, calcado sobre um conjunto de princípios gerais e sobre representações próprias do corpo, da doença e dos remédios utilizados. A "medicina familiar" apresenta como característica básica a negação dos princípios sobre os quais repousa a "medicina popular", sendo os representantes da "medicina oficial" os principais responsáveis pela transmissão dos nomes das doenças e dos remédios. A partir da constatação empírica relativa ao consumo de medicamentos sem prescrição médica entre as "classes populares" da França e fundamentando-se naquela distinção, o autor indaga a respeito da possibilidade de admitir-se que a "medicina oficial" tenha suplantado a "medicina popular" da qual não existiria atualmente naquele país mais do que "sobrevivências". Acrescenta ainda que "se é verdade que a medicina familiar moderna é primeiramente imitação da medicina oficial, a antiga medicina popular estava enraizada também na medicina oficial e longe de constituir um corpo de saberes autônomos, resultava pelo menos parcialmente da difusão da medicina oficial de épocas anteriores" (Boltanski - 1968:23). Adotando esta perspectiva de análise fica suposto a existência de analogia entre ambas as práticas médicas do ponto de vista da difusão do saber médico oficial. A diferença entre as duas épocas (antigamente a medicina

popular e atualmente a medicina familiar) residiria apenas na relação que os sujeitos sociais mantêm com o saber médico, vale dizer, o processo de difusão deste saber opera de forma diferente mente nas duas épocas (Boltanski: 1968).

Ao procedermos a uma primeira tentativa de explicação das estratégias de cura dos grupos sociais em questão interessa-nos aqui reter a idéia que preside a análise de Boltanski: a concepção da imposição hegemônica do saber médico oficial, da dominação absoluta de classe visto que considera tanto a medicina popular como a medicina familiar exercidas fundamentalmente pelas classes populares como essencialmente imitativas.

Remetendo-nos à análise das estratégias de cura entre os grupos sociais camponeses, detectamos uma multiplicidade de práticas para o enfrentamento das doenças que poderíamos alinhar 3 conjuntos: recurso a um "saber comum" difundido e compartilhado pelos agentes sociais destes grupos; recurso ao saber dos "especialistas" do grupo e recurso à "medicina oficial". A partir desta classificação buscaremos levantar algumas questões a respeito de sua organização interna e à dinâmica de seu interrelacionamento. Nossas observações mostram-nos que o "saber comum" destes grupos camponeses caracteriza-se por uma heterogeneidade de categorias onde se mesclam elementos tomados de empréstimo à "medicina oficial" e à "medicina dos especialistas", sistematizados antes de tudo sob a forma de cuidados frente a determinadas situações corporais ou fenômenos mórbidos. Em outras palavras, este "saber comum" consistiria em um conjunto de regras amplamente difundidas, obtidas principalmente através de uma experiência anterior e transmitidas por todo o grupo pelo

contato com agentes das duas outras "medicinas" considerados como especialistas. Neste sentido, as estratégias acionadas tendem a ser memorizadas e na grande maioria das vezes incorporadas à experiência anteriormente vivida, e outra vez serão postas em prática quando ocorrerem situações semelhantes. Ora, se afirmamos que este "saber comum" se constitui enquanto corpo de experiências empíricas no contato com saberes definidos dos quais se apropria e dos quais é objeto, significa dizer que ele é objeto de diferentes saberes que nela residem, o espaço privilegiado de uma luta. A título de exemplo podemos citar as terapias empregadas pelo grupo face ao reumatismo: emprego simultâneo de medicamentos apropriados de "medicina oficial" (Penicilina, Butazona e Igapirim) e de medicamentos aprendidos como fruto de sua própria experiência (osso de anta e de jaboti com cachaça) e utilização de recursos da "medicina dos especialistas do grupo" - benzeção.

A medicina dos especialistas gerados no interior dos próprios grupos é necessária aos agentes sociais na medida em que é fruto do mesmo lugar social e portanto capaz de apresentar cuidados requeridos por estes grupos e originados de problemas que não têm referência na "medicina oficial". Poderíamos dizer que a necessidade de um ou outro saber ou sua simultaneidade é definida pela família camponesa segundo critérios que, se por um lado significam subordinação, por outro significam a apropriação e retradução contínuas que se farão futuramente presentes na definição de novas estratégias de cura.

Já caracterizamos de uma maneira bastante ampla o que seriam doenças de Mata, Casa e Roçado, enquanto doenças geradas em espaços do trabalho e da vida camponesa e num certo sentido a

especificidade de cada uma e sua significação que só é dada na relação com os outros. Neste sentido, a idéia de preservação e as regras que a informam se alterarão no tempo e no espaço, na medida em que os fatores que agirão sobre o corpo mudarão, o que também levará a que diferentes estratégias sejam empreendidas. Em outras palavras, ditas pelos próprios agentes, "há doenças que o médico não dá jeito e que só curador dá"; isto significa dizer que os próprios camponeses reconhecem objetos distintos para os dois sistemas, explicitado na forma como definem a doença, como um elemento externo ao próprio corpo e outro, na oficial, em que no mesmo organismo a situação de saúde e doença coexistem.

Observando as diferentes doenças e as terapias aplicadas, destacam-se como doenças que por definição excluem a utilização a medicina oficial, aquelas originárias da mata. A inobservância das regras que presidem a relação de determinados estados corporais com este espaço leva a que a estabilidade desta relação seja rompida e que fatores externos causadores do mal, possam penetrar e originar a doença. Estes fatores são identificados como elementos de uma ordem natural (companheiros de fundo etc.) frente aos quais o que se necessita não é uma ciência que se restrinja ao funcionamento de um objeto empírico determinado — corpo — e sim uma ciência que estabeleça a relação entre os elementos que configuram este espaço social. Coerentemente com esta lógica são os especialistas do grupo — curadores e pajés — que detêm o saber necessário para a cura destas doenças. (Encantes de Igarapê, panema).

O espaço reservado à busca do recurso junto à "medi-

cina oficial" circunscreve-se ao "desconhecido" no sentido de que os elementos que organizam a sintomatologia da doença e sua relação com os elementos que definem seu universo social estão ausentes na representação das sensações mórbidas.

(...) aconteceu comigo com essa menina aí. Eu com ela no médico e o médico falou: — Essa criança não tem olhado não? Não tem vento caído ... Porque dizem o povo que tem essas doenças mas eu não acredito. Mas eu digo: — Doutor é o seguinte: se ela tivesse vento caído ou olhado eu acho que tinha quem pudesse tratar dela. Mas de todo modo que nós já podemos experimentar pra esta criança, nós já experimentamos tudo e nada dá positivo, dá tudo ao contrário do que nós pensa. Até ele então falou assim: — Ah! então não é mesmo. Aí então nós conseguimos o medicamento e foi aí que ela conseguiu ficar boa."

(trecho entrevista realizada com chefe de família Benzedor explicando a doença da filha proveniente de uma queda).

Concordamos com a análise de Boltanski sobre a relação médico/doente no sentido de que longe de constituir-se enquanto relação de homem a homem como pretende a ideologia médica que ensina a não ver no doente mais do que um ser abstrato, (uma relação técnica entre especialista e leigo), a relação médico/doente é sempre também uma relação de classe, modificando-se pois segundo a classe social do doente (Boltanski - 1968:53). Os agentes dos grupos sociais que estudamos percebem a distância social que os separa dos representantes da "medicina oficial". Ao estabelecer-se esta relação, no entanto, observamos que os camponeses não apenas apropriam-se e retraduzem as mensagens que integram o corpo do saber "médico" mas paralelamente reafirmam

um saber próprio criado e recriado a partir de sua experiência cotidiana e pelo contato com agentes que integrando o mesmo universo social, são reconhecidos como portadores de um saber especializado. Frente ao "saber médico oficial" os grupos camponeses não se subordinam de forma passiva, visto que a este saber não é imputada em termos absolutos a eficácia que os representantes da "medicina oficial" pretendem ter.

(...) então quando ela chegou lá o médico pegava do caroço também, não era só por estudo, ele tinha um pouco do entusiasmo sobre negócio com curador. E aí então o médico tratou muito dela e operou ela e melhorou muito, então na hora da operação ele ficou até apavorado quando viu... quando operou ela, dizia até que ela tivesse apanhado uma doença, aquele bicho CÂNCE... Então depois disso esse médico era um professor, perguntou pra ela, disse: -De de voce tem coragem de explicar tudinho a sua doença, do princípio de sua doença porque eu tenho dois aprendistas que vão ouvir. Aí ela começou a contar, depois que terminou, ele, o médico virou e disse pros aprendistas: - olha, talvez vocês estão pensando que até deve ser uma doença dada por Deus, mas não é, foi uma indivíduo que meteram Satanás nela, por isso que ela está toda esculhambada por dentro, ela está até sem uma parte da bexiga... E então ela voltou e contaram pra gente isso. Então eu acredito que não é só curador que cura, que tem uns médicos também que pega do caroço. Pega do caroço é uma expressão que a gente usa, que o caboclo usa. Ele tem o entusiasmo do curador também. Como é que ele foi saber naquela hora, se ele tivesse aquela vocação só pelo estudo do livro, eu acho que ele não descobria isso, dizia que a menina tinha sido invocada por meio de Satanás.

Ao estabelecer uma aproximação entre o "saber médico

oficial" e o "saber do especialista", (pajê, curador) os agentes sociais incorporam ac primeiro, elementos que por excelência integram o segundo, reconhecendo que os limites da eficácia desse "saber oficial" serão rompidos somente quando seus representantes forem capazes de organizar seus conhecimentos a partir das duas ordens que fornecem os princípios para a cura da doença — natural e sobrenatural.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Milton de
1969 - A Mandioca na Amazônia - Ministério do Interior
SUDAM
- ALMEIDA, Alfredo Wagner
s/d - Relatório Sondotécnica (Mimeo)
- ANDRADE, Manoel Correia
1969 - Paisagens e Problemas do Brasil
Editora Brasiliense
- BATES, Henry W.
1969 - The Naturalist on the River Amazons, Aldine Press,
Londres
- BANCO DA AMAZONIA S.A.
1967 - Desenvolvimento Econômico da Amazônia
Universidade Federal do Pará
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro
1969 - Compêndio das Eras da Província do Pará
Universidade Federal do Pará
- BOLTANSKI, Luc
1968 - La Decouverte de la Maladie - La Difusion du
Savoir Medical
Centre de Sociologie Européenne, Paris (mimeo)
- 1970 - "Taxonomies Populaires, Taxonomies Savantes:
Les Objets de Consonnation et leur Classement"
in Revue Française de Sociologie, XI
- 1975 - Los Usos Sociales del Cuerpo
Colección Salud, Política y Sociedad
Argentina, Ediciones Periferia.
- CHAYANOV, A. V.
1974 - La Organización de la Unidad Campesina
Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision

CRULS, Gastão

- 1944 - "Impressões de uma Visita à Cia Ford Industrial do Brasil." in Amazônia Brasileira - Excertos da Revista Brasileira de Geografia, RJ, IBGE.

CRUZ, Ernesto

- 1958 - Colonização do Pará
Belém, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
- 1960 - Temas da História do Pará
SPVEA, Setor de Coordenação e Divulgação.
- 1973 - História do Pará
Governo do Estado do Pará

FERREIRA PENA, Domingos Soares

- 1869 - Diário de Belém
A região ocidental da Província do Pará- Presentes estatísticas das Comarcas de Óbidos e Santarém-Belém.

FIBGE

- 1973 - Levantamento da Produção Agrícola Municipal
Superintendência de estatísticas Primárias, Centro Brasileiro de Estatísticas Agropecuárias.
- 1970 - Censo Agrário do Pará, VIII Recenseamento Geral - Série Regional - Vol. III - Tomo IV, Sup. Est. Primárias - DECFN.

GALESKI, Boguslaw

- 1972 - Basic Concepts of Rural Sociology
Manchester: Manchester University Press.

GALVÃO, Eduardo

1976 - Santos e Visagens

Brasiliiana, Vol. 284 - Cia. Editora Nacional.

GARCIA, JR., Afrânio Raul

1975 - Terra de Trabalho

Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS Museu Nacional, UFRJ.

LINS E SILVA, Tatiana

1977 - Os curupiras foram embora: um estudo sobre alimentação e força de trabalho entre camponeses paraenses. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-UFRJ. (mimeo).

MAUSS, Marcel

1974 - "As Técnicas corporais" in Sociologia e Antropologia Editora Pedagógica e Universitária Ltda. e Editora da USP - II Volume São Paulo.

MEGGERS, Betty J.

1977 - Amazônia, a ilusão de um Paraíso

Ed. Civilização Brasileira, Rio.

MEILLASSOUX, Claude

1964 - Anthropologie Économique des Gourou de Côte D'Ivoire

Monton, Paris - La Haye

MENEZES, Adriano

1958 - O problema da Colonização na Amazônia

RJ, Coleção Araújo Lima, SPVEA, nº 7.

MOURÃO, Laís Sá

- 1975 - O Pão da Terra, Propriedade e Campesinato Livre na
Baixada Ocidental Maranhense
Dissertação do Mestrado apresentada ao PPGAS, UFRJ.

PACHECO, Maria Emília

- 1977 - Circuitos de mercado e padrões de consumo alimentar
entre camponeses de origem cearense numa região do
Pará
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social -
UFRJ. (mimeo)

THOMPSON, Edward P.

- s/d - "Modes de Domination et Révolutions em Angleterre "
in Actes de la Recherche.

VELHO, Otávio G.

- 1972 - Frentes de Expansão e Estrutura Agrária
Zahar Ed., RJ.
- 1976 - Capitalismo Autoritário e Campesinato
Comparativo a partir da 'Fronteira em Movimento '
Difel, SP.
- 1977 - "Introdução" em Hábitos Alimentares em Camadas de
Baixas Rendas. Programa de Pós-Graduação em Antro-
pologia Social, UFRJ (mimeo).